

Testemunho do fundos marinhos passa para plenário do Parlamento Europeu Comissão das Pescas incapaz de eliminar ameaça

4 de novembro de 2013: Uma proposta de novo regulamento da União Europeia para proteger o fundo marinho da sobrepesca e das práticas de pesca destrutivas no Atlântico Nordeste conseguiu resistir a um voto há muito aguardado na Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, com os 25 membros da comissão a votarem uma série de alterações que acarretarão possíveis benefícios e malefícios para os oceanos.

Embora a comissão tenha votado a favor de uma série de medidas que ajudam a proteger ecossistemas de profundidade, como os de coral, esponjas e montes submarinos, rejeitou uma proposta da Comissão Europeia para progressiva eliminação do arrasto de fundo e do uso de redes de emalhar de fundo, métodos piscatórios amplamente reconhecidos como sérias ameaças às espécies e ecossistemas de profundidade. A proposta hoje adotada será agora submetida a votação no plenário do Parlamento Europeu em dezembro deste ano.

"É verdade que algumas medidas importantes foram aprovadas, mas outras igualmente importantes foram rejeitadas e a proposta adotada pela Comissão das Pescas não é suficiente para criar a proteção necessária aos fundos marinhos. Agora estamos dependentes do plenário do Parlamento, para que seja este a defender os fundos oceânicos ", disse Matthew Gianni, conselheiro político da Plataforma para a Conservação dos Fundos Oceânicos (DSSC - "Deep Sea Conservation Coalition") e da Pew Charitable Trusts.

A proposta adotada pela Comissão das Pescas inclui requisitos que visam de alguma forma reforçar a base científica para a definição de quotas relativas a espécies de profundidade e redução das capturas acessórias de espécies de profundidade vulneráveis. A comissão adotou igualmente propostas que conferem proteção a ecossistemas marinhos de profundidade vulneráveis. Entre essas medidas incluem-se, por exemplo, a exigência de avaliações de impacto ambiental para pescarias de profundidade e a interdição da pesca de profundidade em zonas onde existam tais ecossistemas ou onde a sua existência é provável. Contudo, a maioria dos eurodeputados da comissão apoiou os interesses das frotas escocesa, francesa e espanhola de arrasto de fundo, ao votar contra a eliminação progressiva das práticas de pesca de profundidade mais destrutivas — o arrasto de fundo e as redes de emalhar de fundo. Além disso, a proposta adotada potencia lacunas que facilitam o progressivo declínio de espécies de profundidade vulneráveis.

Os avanços da Comissão de Pescas tinham sido travados por sucessivos adiamentos e uma campanha agressiva da indústria pesqueira de arrasto de fundo. Estes obstáculos contrastam em absoluto com a posição da Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu, que em março votou esmagadoramente a favor (58-1) de um

regulamento que eliminaria progressivamente o arrasto de fundo e a pesca com redes de emalhar de fundo, além de definir limites rígidos de captura e de captura acessória de espécies de profundidade.

"Cabe agora aos 766 eurodeputados representar a opinião maioritária dos cidadãos europeus", disse Gianni. "Todos temos a ganhar com fundos oceânicos saudáveis, biologicamente ricos e produtivos e nas vantagens que ele proporciona ao planeta. A sua conservação seria um excelente legado para as gerações futuras."

Os fundos oceânicos são umas das zonas mais extensas e de maior diversidade biológica da Terra. As espécies e ecossistemas de profundidade são de lento desenvolvimento, sendo muito mais vulneráveis à sobre-exploração, altamente susceptíveis à deterioração e muito lentos a recuperar de estragos causados pelo arrasto de fundo.

Fim

Notas aos editores

A Comissão Europeia apresentou a proposta (COM[2012]371) de novo regulamento para as pescas de profundidade em julho de 2012.

A votação em plenário do Parlamento Europeu está atualmente prevista para 10 de dezembro de 2013, embora a data ainda possa ser alterada. O Conselho Europeu de Ministros das Pescas dos 28 Estados-membros da União Europeia também tem de concordar com a nova regulamentação, para que esta seja adotada como legislação; no entanto, as negociações no conselho ainda não começaram, em parte devido à oposição da França.

Muitos cientistas, organizações de conservação marinha e um número crescente de pescadores de pequena escala têm afirmado, de viva voz, a sua oposição à pesca de profundidade destrutiva <http://www.savethehighseas.org/EU/declaration.cfm>

O regulamento de base recém-acordado da Política Comum de Pescas requer, entre outras medidas, a definição de limites de captura com base em critérios científicos, a aplicação da abordagem de precaução nos casos em que a investigação científica seja inconclusiva, a minimização das capturas acessórias e a proteção de espécies e habitats marinhos vulneráveis. As presentes negociações para um novo regulamento de pescas de profundidade constituem uma oportunidade de garantir que tais princípios são efetivamente aplicados, bem como cumpridas as obrigações da União Europeia no âmbito das resoluções da Assembleia Geral da ONU relativas à pesca de profundidade.

A Plataforma para a Conservação dos Fundos Oceânicos (DSCC - "Deep Sea Conservation Coalition") foi fundada em 2004, para fazer face ao problema do arrasto de fundo em alto-mar, na ausência de um regime de governação eficaz. A coligação é composta por mais de 70

organizações não-governamentais, organizações de pescadores e institutos de política e direito, todos eles empenhados em proteger os fundos oceânicos <http://www.savethehighseas.org/EU/>

Para mais informações contacte:

Sophie Hulme +44 7973712869, email: sophie@communicationsinc.co.uk